

O acordo da dívida *Externa*

No acordo com os credores externos particulares, anunciado ontem pelo presidente Fernando Collor de Mello, mais importante do que os detalhes técnicos que estão chegando agora ao conhecimento de todos é o fato de que ele representa o reingresso, sem restrições, do Brasil na comunidade financeira internacional. Encerra-se um período de quase seis anos — com uma breve interrupção em 1988 — em que o País, se não ficou inteiramente isolado, foi colocado numa autêntica **quarentena** pelos bancos e pelos investidores internacionais.

O acordo prevê a redução de 35% da dívida de US\$ 44 bilhões, taxas de juros fixas (o que elimina o risco de o Brasil ter de pagar mais do que o previsto em decorrência da alta dos juros internacionais) e pagamento em até 30 anos, com um cronograma de desembolsos que interessa ao País. Ao anunciá-lo, o presidente da República afirmou que “nenhum outro país obteve o conjunto de vantagens por nós obtido”, tanto em termos de redução da dívida como de diversidade de opções para os credores e de garantias oferecidas pelo Brasil. Antes de conhecer o texto do acordo ficamos com a palavra do presidente.

Não se pode deixar de observar que esse acordo poderia estar concluído há mais tempo. Esperava-se que, com a posse de Collor, seria fácil chegar a um entendimento com os credores externos, porque seu programa de governo tinha como objetivos principais a modernização da economia brasileira e sua integração rápida à economia mundial.

Mas a primeira equipe que ocupou o Ministério da Economia, chefiada pela economista Zélia Cardoso de Mello, não apenas retardou o início das negociações como, ao iniciá-las, tentou impor aos credores condições inaceitáveis. A arrogância da ex-ministra e de sua equipe na mesa de negociações impediu qualquer avanço em direção ao acordo. Foi preciso que o presidente da República, após uma viagem ao Japão

no final de 1990, quando pôde constatar a indignação que a proposta brasileira provocara nos meios políticos e financeiros internacionais, determinasse uma mudança total nos rumos das negociações, para que, em abril do ano passado, se fechasse um acordo preliminar para o pagamento dos juros atrasados devidos aos credores particulares.

O acordo dos juros foi apenas o primeiro passo em direção às verdadeiras negociações, tanto com os credores particulares como com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Clube de Paris. Essas negociações foram inteiramente realizadas pela equipe do ministro Marcílio Marques Moreira.

Contando com um ministro como Marcílio, com reputação firmada na comunidade financeira internacional, o governo brasileiro passou a receber um tratamento muito melhor no Exterior. Isso ficou claro na reunião do FMI em Bangcoc, em outubro do ano passado, quando o diretor-gerente da instituição, Michel Camdessus, num gesto político, disse ser inaceitável para a comunidade internacional que um país com tanto potencial como o Brasil não voltasse a crescer.

Era o sinal de que o FMI acolheria bem um pedido de acordo do governo brasileiro — acordo que acabou sendo aprovado no final de janeiro último — e de que apoiaria o Brasil na negociação com os bancos particulares. Em fevereiro o Brasil fechou o acordo com o Clube de Paris. Faltava apenas o acerto com os credores particulares, concluído ontem.

Infelizmente, a conclusão do acordo é anunciada num momento em que a credibilidade do governo está severamente arranhada também no Exterior, o que certamente fará que seu efeito mais benéfico — o restabelecimento do afluxo de capitais de risco — possa demorar mais do que seria desejável.

Mas a crise passará e o Brasil continuará sendo visto pelo capital internacional como um dos melhores mercados potenciais do mundo.